

Apresentação

Introduction

Anderson Leonardo Vaz Stein

Na Antiguidade Tardia, em particular nos territórios ocidentais, episódios marcantes da vida política, religiosa e cultural tiveram como protagonistas não apenas os romanos, mas, de modo cada vez mais evidente, outros grupos étnicos. Por vezes denominados “bárbaros” pelos romanos, tais grupos estabeleceram com o Império relações conflituosas, mas também de cooperação, no âmbito de um amplo processo de negociação política e cultural que se encontra na gênese do Medievo.

Sob a perspectiva do colonizador em face do colonizado, entre os séculos XVIII e XX a produção historiográfica europeia reproduziu o ponto de vista de autores antigos sobre o outro. Assim, foi sustentada a tese de uma “missão civilizatória” de Roma sobre os demais povos do Mediterrâneo, uma leitura dos fatos que justificava a própria ação imperialista europeia na modernidade (Bustamante, 2006, p. 109-110). Essa corrente interpretativa relegou às sociedades não romanas um papel secundário na narrativa histórica, produzindo assim uma hierarquização dos grupos étnicos pautada num critério de maior ou menor grau de “civilização”. Nesse sentido, os parâmetros de interpretação adotados foram aqueles próprios dos autores romanos. Na ausência de problematização, as sociedades não romanas viram cristalizar em torno de si uma imagem eivada de juízos de valor ancorada no emprego não crítico do termo “bárbaro”.

Uma das leituras históricas sobre os “bárbaros”, nos séculos finais do Império Romano do Ocidente, que ainda exerce influência na historiografia, é aquela que os considera diretamente responsáveis pela desintegração deste Império (Mendes, 2002, p. 56), como é possível constatar por meio da célebre frase de André Piganiol (1972, p. 466), que conclui em *L'Empire Chrétien*, uma das suas obras mais influentes: “a civilização romana não morreu de morte natural, ela foi assassinada”. Nesse caso, os “assassinos” teriam sido os invasores “bárbaros”, reduzidos ao papel de inimigos e destruidores do Império Romano.

A partir da segunda metade do século XX, os estudos pós-coloniais deram ensejo a novas abordagens sobre as sociedades antigas. Criticou-se o conceito de aculturação, bem como a compreensão das sociedades e grupos étnicos como categorias homogêneas. Nessa seara, novos aportes conceituais permitiram compreender diferentes categorias sociais a partir da diversidade e interação em oposição à homogeneidade (Funari; Garraffoni, 2018, p. 250). Além disso, os postulados teóricos construídos para

explicar a dinâmica da Antiguidade Tardia possibilitaram análises históricas que vão além da percepção de “decadência”, até então atribuída ao período (Silva, 2001, p. 68).

A respeito dessas novas abordagens, Machado (2015, p. 93-95) apresenta um balanço historiográfico amparado em estudos de etnogênese, dados arqueológicos e releituras de fontes escritas que permite ir além de uma visão simplificadora das “invasões bárbaras”. Dentre as conclusões que obtém, demonstra a necessidade de problematizar vocábulos como “romano”, “franco” e “vândalo”, cujo conteúdo foi construído pelos autores antigos à luz da suposta superioridade romana, exprimindo assim o olhar dos romanos sobre os não romanos.

Por outro lado, do ponto de vista sociopolítico, é possível perceber que, a partir do século III, houve uma tendência progressiva de incorporação dos grupos “bárbaros” às forças do Império Romano, na condição de tropas auxiliares e mesmo de *foederati*. Durante o século IV, os líderes desses destacamentos militares passaram a ocupar cargos de prestígio na estrutura militar romana, exercendo cada vez mais poder na cena política, num movimento que, em última instância, resultou na consolidação das lideranças “bárbaras” em territórios antes pertencentes ao Império, a exemplo do monarca franco Clóvis (Geary, 1999, p. 115). Importa mencionar que a relação entre o poder imperial, a aristocracia romana e as lideranças “bárbaras” não se restringiu ao conflito permanente ou a uma dualidade intransponível, mas comportou também uma constante negociação entre os agentes históricos.

A partir do século V, a formação dos reinos germânicos no antigo território do Império Romano do Ocidente não representou uma ruptura completa com os valores e as instituições romanas. Nesse sentido, pode-se exemplificar a ação das realezas recém-fundadas na elaboração de códigos amparados no Direito Romano, porém, adaptados à sua própria realidade, a exemplo da Lei Sálica, no período merovíngio (Silva; Mazetto, 2006, p. 108-109). Em outra medida, a adoção ou adaptação de símbolos e rituais constituiu uma ferramenta de legitimação dos reinos em ascensão, a exemplo da conversão ao cristianismo niceno empreendida pelo reino visigodo a partir do III Concílio de Toledo, em 589 (Frighetto, 2014, p. 252-253).

Neste âmbito, este dossiê apresenta ao leitor novas contribuições historiográficas que inserem o não romano como protagonista de profundas transformações políticas e sociais, caracterizadas por continuidades e rupturas que levaram a uma reorganização do Mediterrâneo Ocidental.

Referências

- BUSTAMANTE, R. M. C. Práticas culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: Edufes, 2006, p. 109-136.
- FRIGHETTO, R. Símbolos e rituais: os mecanismos do poder político no reino hispano-visigodo de Toledo (séculos VI-VII). *Anos 90*, v. 22, n. 42, p. 239-272, 2014.
- FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. *Heródoto*, v. 3, n. 2, p. 246-255, 2018.
- GEARY, P. J. Barbarians and ethnicity. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, P.; GRABAR, O. (ed.). *Late Antiquity: a guide to the postclassical world*. Cambridge: Harvard University Press, 1999, p. 107-130.
- MACHADO, C. A. R. A Antiguidade Tardia, a queda do Império romano e o debate sobre o "fim do Mundo Antigo". *Revista de História*, n. 173, p. 81-114, 2015.
- MENDES, N. M. Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PIGANIOL, A. *L'Empire Chrétien*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- SILVA, G. V. O fim do mundo antigo: uma discussão historiográfica. *Mirabilia*, v. 1, p. 57-71, 2001.
- SILVA, M. C.; MAZETTO, M. A realeza nas fontes do período merovíngio (séculos VI-VIII). *História Revista*, v. 11, n. 1, p. 89-119, 2006.